



JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA

Autor

**DIREITO
ADMINISTRATIVO
DA RIGIDEZ AUTORITÁRIA À
FLEXIBILIDADE DEMOCRÁTICA**

Prefácio

Juarez Freitas

O autor procura mostrar os reflexos, no direito administrativo, da mudança do racionalismo cartesiano para o paradigma sistêmico. O primeiro é baseado em dicotomias — Deus e mundo, na Religião; sujeito e objeto, na Ciência; Estado e sociedade, na Política —, no reducionismo e no individualismo, enquanto, no segundo, há o entrelaçamento dessas realidades dicotômicas, a complementaridade, a interdisciplinaridade e a solidariedade. O Estado deixa de ser uma entidade superior, vertical, separada da sociedade, visão que fora alimentada pela concepção de Estado como pessoa jurídica e pelo sistema representativo, para ser concebido como a própria sociedade institucionalizada. Valoriza-se, aqui, ao lado da tradicional democracia representativa, a democracia direta e semidireta. Os membros da sociedade deixam de ser tratados como objetos (“administrados”) ou mesmo como sujeitos, para serem considerados cidadãos. A democracia não se restringe ao aspecto formal, apresentando também uma face substancial, esta a da democracia econômica, social e cultural. À luz desses pressupostos, busca-se nova configuração para os institutos de direito administrativo: entidades administrativas; agentes públicos; ato, contrato e processo administrativo; domínio público; intervenção na propriedade e no domínio econômico e social; administração tributária; polícia administrativa; serviços públicos; controle da administração; responsabilidade civil do Estado. O trabalho é desenvolvido no sentido de mostrar que dois afluentes — *teórico-histórico* e *histórico-teórico* —, apesar dos muitos meandros, convergem para a síntese de um novo direito administrativo, que, nas palavras de Paulo Neves de Carvalho, é o *direito administrativo vivo*.

Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito Constitucional.

Público-alvo

Candidatos a concurso de juiz federal substituto;
repartições públicas; advogados; estudantes de Direito.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000813

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
MOREIRA, João Batista Gomes. *Direito Administrativo: da rigidez autoritária à flexibilidade democrática*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 571 p.

J62d Moreira, João Batista Gomes
Direito Administrativo: da rigidez autoritária à flexibilidade democrática \
João Batista Gomes Moreira. - 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
571p.
ISBN 978-85-450-0048-8
1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional.
I. Título. II. Moreira, João Batista Gomes.
CDD: 342
CDU: 342.9

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

Juarez Freitas..... 11

INTRODUÇÃO..... 15

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES FILOSÓFICOS.....25

1.1 O pensamento pré-socrático..... 25

1.2 Racionalismo cartesiano..... 45

1.3 Evolução para a concepção sistêmica..... 54

CAPÍTULO 2

AFLUENTE TEÓRICO-HISTÓRICO.....73

2.1 Da dicotomia à reconciliação Estado-sociedade..... 73

2.2 Da dicotomia à unidade do direito..... 80

2.3 Da classificação fechada à tipologia no direito..... 88

2.4 Do reducionismo à tridimensionalidade do direito..... 95

2.4.1 Interpretação axiológica da norma..... 103

2.4.2 Relevância dos fatos..... 107

2.4.3 Escolha axiológica das premissas..... 110

2.4.4 A ordem das premissas na aplicação do direito..... 113

2.4.5 Complementaridade de teorias..... 117

CAPÍTULO 3

AFLUENTE HISTÓRICO-TEÓRICO.....121

3.1 Da supremacia territorial ao Estado de Direito..... 121

3.2 Do Estado liberal ao Estado social..... 126

3.3 Estado democrático-social..... 143

SUMÁRIO

CAPÍTULO 4

O NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO.....157

4.1 Modelos de administração pública..... 157

4.1.1 Modelos de administração pública no Brasil..... 166

4.2 Regime jurídico administrativo..... 169

4.3 Regime jurídico dos institutos..... 186

4.3.1 Entidades administrativas..... 189

4.3.1.1 Agências reguladoras..... 199

4.3.1.2 Entidades de fiscalização do exercício profissional..... 204

4.3.1.3 Caso(s) julgado(s)..... 208

4.3.2 Agentes públicos..... 214

4.3.2.1 Relação estatutária..... 219

4.3.2.2 Contrato administrativo de trabalho..... 227

4.3.2.3 Regime disciplinar..... 231

4.3.2.4 Caso(s) julgado(s)..... 235

4.3.3 Domínio público.....	250
4.3.3.1 Propriedade e administração	251
4.3.3.2 Tipologia.....	253
4.3.3.3 Prerrogativas instrumentais.....	255
4.3.3.3.1 Impenhorabilidade.....	255
4.3.3.3.2 Imprescritibilidade.....	258
4.3.3.3.3 Indisponibilidade.....	259
4.3.3.3.4 Autotutela.....	259
4.3.3.4 Veículos de comunicação de massa.....	262
4.3.3.5 Bens de uso comum da humanidade.....	263
4.3.3.6 Caso(s) julgado(s).....	265
4.3.4 Ato administrativo.....	289
4.3.4.1 Vinculação e discricionariedade.....	294
4.3.4.2 Competência administrativa.....	304
4.3.4.3 Presunção de legitimidade.....	305
4.3.4.4 Políticas públicas.....	309
4.3.4.5 Anulação.....	315
4.3.4.6 Caso(s) julgado(s).....	317
4.3.5 Contrato administrativo.....	330
4.3.5.1 Supremacia de poder da administração.....	331
4.3.5.2 Unificação de regimes contratuais.....	334
4.3.5.3 Finalidade pública.....	338
4.3.5.4 Isonomia.....	341
4.3.5.5 Usuário-parte no contrato administrativo.....	347
4.3.5.6 Eficiência contratual.....	349
4.3.5.7 Caso(s) julgado(s).....	351
4.3.6 Processo administrativo.....	353
4.3.6.1 Devido processo legal.....	357
4.3.6.2 Devido processo na Constituição brasileira.....	367
4.3.6.3 Audiências e consultas públicas.....	369
4.3.6.4 Processo administrativo no Brasil.....	371
4.3.6.5 Caso(s) julgado(s).....	373
4.3.7 Intervenção na propriedade e no domínio econômico e social... 377	
4.3.7.1 Intervenção na propriedade.....	378
4.3.7.1.1 Reparação na desapropriação indireta.....	386
4.3.7.1.2 Intervenção na propriedade intelectual.....	392
4.3.7.2 Intervenção econômica e social.....	394
4.3.7.3 Caso(s) julgado(s).....	400
4.3.8 Administração tributária.....	406
4.3.8.1 Privatização.....	409
4.3.8.2 Imparcialidade.....	412
4.3.8.3 Verdade material.....	415
4.3.8.4 Equidade.....	418
4.3.8.5 Praticabilidade ou praticidade.....	420
4.3.8.6 Considerações adicionais.....	421
4.3.8.7 Caso(s) julgado(s).....	423
4.3.9 Polícia administrativa.....	425

4.3.9.1 Prevenção e repressão de infrações.....	428
4.3.9.2 Integração da norma penal em branco.....	434
4.3.9.3 Controle de atividades potencialmente danosas.....	436
4.3.9.4 Atividade cautelar da administração.....	438
4.3.9.5 Ação emergencial em estado de necessidade.....	439
4.3.9.6 Polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.....	442
4.3.9.7 Caso(s) julgado(s).....	444
4.3.10 Serviços públicos.....	448
4.3.10.1 Serviços públicos na Constituição brasileira.....	456
4.3.10.2 Serviços sociais.....	463
4.3.10.3 Caso(s) julgado(s).....	467
4.3.11 Controle da administração.....	477
4.3.11.1 Controle jurídico-administrativo.....	480
4.3.11.2 Nova concepção de controle.....	492
4.3.11.3 Caso(s) julgado(s).....	493
4.3.12 Responsabilidade civil.....	503
4.3.12.1 Teoria objetiva da responsabilidade estatal.....	505
4.3.12.2 Nexo de causalidade.....	507
4.3.12.2.1 Teoria da equivalência das condições ou <i>conditio sine qua non</i>	508
4.3.12.2.2 Teoria da causalidade adequada.....	510
4.3.12.2.3 Teoria da interrupção do nexo causal ou da relação causal imediata.....	511
4.3.12.2.4 Subteoria da necessariedade.....	512
4.3.12.2.5 Causalidade por omissão.....	514
4.3.12.2.6 Causalidade de dano ao meio ambiente.....	516
4.3.12.2.7 Complementaridade de critérios.....	516
4.3.12.3 Responsabilidade para com o usuário de serviço público.....	517
4.3.12.3.1 Demandabilidade das indenizações.....	524
4.3.12.4 Responsabilidade por omissão no serviço jurisdicional.....	526
4.3.12.5 Responsabilidade da administração: critério de distinção.....	527
4.3.12.6 Caso(s) julgado(s).....	531
CONCLUSÃO.....	551
REFERÊNCIAS.....	555